

JENIFER ROBERTS

D. MARIA I

A VIDA NOTÁVEL DE UMA RAINHA LOUCA

Tradução
Edgar Rocha


casadasletras

ÍNDICE

Introdução	11
Árvore Genealógica: as famílias Bragança e Bourbon	17
PRÓLOGO	21
PARTE I: PRINCESA HERDEIRA	
1. Infância Real	27
2. Princesa do Brasil	36
3. Terramoto	45
4. A Ascensão de Pombal	53
5. Um Casamento Tranquilo	60
6. Felicidade Nupcial	69
7. A Sucessão	79
PARTE II: PODER ABSOLUTO	
8. Mudança de Regime	93
9. A Sombra de Pombal	102

10. O Duplo Casamento	110
11. Perda	119
12. Crise no Gabinete	128
13. Hospitalidade Inglesa	134

PARTE III: UMA MENTE FRÁGIL

14. Uma Série de Tragédias	147
15. À Beira do Abismo	155
16. Um Inferno Privado	163
17. A Tempestade em Formação	174
18. Exílio	182
19. Regresso a Portugal	191

EPÍLOGO	197
---------	-----

APÊNDICES

Relato da visita real à Marinha Grande	201
Elenco	220
Notas	230
Bibliografia Seleccionada	233
Índice Remissivo	237

I

Infância Real

Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa.

Antigo provérbio português

Cinquenta e sete anos antes, essa mesma praça junto ao rio – o Terreiro do Paço – fora palco de uma imensa alegria. Era também uma tarde húmida de inverno. As borrascas subiam o Tejo e a chuva enchera poças na praça e no cais de mármore junto às águas. A oeste, localizava-se o palácio da família de Bragança, majestoso e soberbo. Os quartos e os corredores estavam iluminados por candelabros e velas de sebo, enquanto os criados transportavam apressadamente recipientes com água quente e roupa de cama lavada. Uma princesa de dezasseis anos dava à luz a sua primeira criança.

Às seis horas da tarde, quando fez força e gritou pela última vez, nasceu uma rapariga que, depois de crescer, se tornaria no primeiro monarca feminino da história portuguesa. De acordo com os costumes, o bebé assomou do corpo da mãe à vista de uma pequena multidão de padres, cortesãos, ministros, médicos e criados. A recém-nascida foi recolhida nos braços da sua avó, levada para uma sala adjacente e apresentada ao avô, o rei D. João V, e ao pai, o príncipe herdeiro D. José, os quais se ajoelharam para agradecer a Deus o bem sucedido parto.

Assim que a notícia foi anunciada, logo se juntou uma grande multidão no Terreiro do Paço. O ar reverberava com os aplausos, com o dobrar dos sinos e com os tiros de canhão. Os coches dos diplomatas estrangeiros depressa chegaram ao palácio. «Fui imediatamente à corte», escreveu o embaixador britânico para Londres nessa mesma noite, «porque me disseram que assim era hábito e tive audiências com a família real para os felicitar. Recomendo que a carta de felicitações do rei não tarde e que seja enviada no próximo barco, pois esta corte é muito sensível a tais pormenores».

As celebrações prolongaram-se durante mais três dias, com os foguetes no ar, os sinos a tocar e as velas nas janelas, que o povo de Lisboa acendia ao escurecer, iluminando a cidade durante a noite. O *Te Deum* foi cantado nas igrejas e, a 9 de janeiro de 1735, a criança foi levada à capela real e batizada – «com grande pompa e cerimónia» – com o nome de Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança.

Maria nasceu na cidade mais rica e opulenta da Europa, uma Lisboa enriquecida pelas minas de ouro e de diamantes do Brasil. Frotas carregadas de pedras e metais preciosos chegavam do Rio de Janeiro, todos os anos – uma riqueza que foi usada pelo seu avô para engrandecer a Igreja portuguesa de modo a esta poder rivalizar com o Vaticano em pompa e esplendor.

Em teoria, D. João V era um monarca com poderes absolutos. Na prática, era apenas um escravo dos sacerdotes. A Igreja era a instituição mais poderosa do país, beneficiando de tal maneira da indulgência do rei, que não se sabia onde a autoridade eclesiástica terminava e a autoridade do monarca

começava. A Companhia de Jesus tinha indiscutível poder e influência, controlando todo o sistema de ensino, confessando toda a família real e tendo construído, sempre em nome da defesa da fé católica, uma considerável teia de poderes por todo o reino.

O arcebispo de Lisboa, conhecido como patriarca, tinha sido elevado à dignidade de pontífice. Usava vestes similares às do Papa e era auxiliado por um Sacro Colégio de vinte e quatro prelados que envergavam trajes escarlates. «Não há no mundo nenhum eclesiástico», escreveu Joseph Baretti, amigo do Dr. Johnson, «que seja rodeado de tanta pompa como este Patriarca»¹.

O rei construía conventos e igrejas, cobria-os com mármore raros e enchia-os de tesouros: altares de ouro e prata cravejados de pedras preciosas, quadros e esculturas de Itália, bibliotecas com milhares de livros. «A sua alegria eram as procissões religiosas», escreveu Voltaire. «Quando se apegava à construção, edificava mosteiros; quando queria uma amante, escolhia uma freira»². O convento predileto de D. João era o de Odivelas, onde tinha um apartamento forrado de tapetes e espelhos. Dois dos seus muitos filhos bastardos foram ali concebidos.

Entretanto, a sua esposa, a rainha D. Maria Ana de Áustria, deu-lhe seis filhos legítimos, três dos quais sobreviveram até à idade adulta: Bárbara, José e Pedro. Numa invulgar dupla cerimónia, na fronteira com Espanha, em 1729, Bárbara casou-se com Fernando de Bourbon, príncipe herdeiro de Espanha, e o príncipe herdeiro de Portugal, D. José, casou-se com a irmã de Fernando, Mariana Vitória, de apenas dez anos. Foi um dos mais brilhantes momentos da história portuguesa. «Toda a gente sabe», escreveu o embaixador britânico trinta anos depois, «que o custo imenso da roupa e do equi-

pamento para o duplo casamento celebrado na fronteira com Espanha deprimiu as famílias nobres durante largos anos, não tendo algumas ainda recuperado dessa ferida.»

Mariana Vitória atingiu a puberdade em 1732. D. José juntou-se-lhe na cama de casal e rapidamente a corte ficou ansiosamente à espera de notícias. A sucessão dos Bragança dependia da fertilidade de Mariana e houve grande júbilo quando – ao fim de dois anos – foi anunciada a gravidez da princesa. Maria nasceu a 17 de dezembro de 1734 e, durante os doze anos seguintes, o casal real ainda deu à luz outras três filhas: Mariana, Doroteia e Benedita.

As quatro irmãs cresceram juntas na corte e passavam bastante tempo em Lisboa. A fachada sul do palácio dava para um porto sempre cheio de barcos, com quase cinco quilómetros de largura, enquanto a oriente ficava o Terreiro do Paço, que era o ponto de encontro da cidade, pois nesta praça decorriam várias cerimónias religiosas e touradas aos domingos à tarde.

Procissões de penitentes encapuzados juntavam-se neste local durante a Semana Santa, «descalços, com correntes compridas e pesadas presas aos tornozelos, as quais faziam um ruído sinistro». Eles transportavam pedras ou cruzes às costas e chicoteavam-se a si próprios «com tanta força que as suas costas estavam vermelhas e inchadas devido à violência repetida das chicotadas»³. Duas vezes por ano, em autos de fé presenciados «com muita diligência» pelo avô de D. Maria e membros da corte, a praça enchia-se de archotes e de piras flamejantes, enquanto as vítimas da Santa Inquisição eram garroteadas e queimadas sob as janelas do palácio.

Imagens religiosas, tanto as mais violentas como as mais harmoniosas, povoaram a infância da princesa D. Maria. Passava longas horas nas suas devoções, encantada com o

ritual, enlevada de prazer enquanto os músicos reais tocavam e cantavam em igrejas ricamente ornamentadas. Assistia às missas matinais, às preces do fim da tarde na capela do palácio e ainda havia um dia dedicado a um santo ou uma festa religiosa pelo menos uma vez por semana. Maria sentava-se ao lado da mãe na igreja e, em todos os serviços religiosos, Mariana Vitória beijava as páginas do seu livro de orações, «sendo seu hábito beijar os nomes de Deus, de Nossa Senhora e de todos os santos e anjos em todos os livros que abrisse»⁴.

Também no campo, onde D. João tinha vários palácios com parques de caça que permitiam que a sua família se entretivesse com os apaixonantes desportos sanguíneos, assistiam a festividades religiosas. O imenso palácio de Mafra, que tanto tinha apartamentos reais como alojava várias centenas de frades franciscanos, foi mandado construir por D. João para cumprir o voto feito na noite do seu casamento de construir um convento dedicado a S. Francisco se a sua mulher lhe desse filhos. O palácio em Belém acolhia uma escola de equitação para treinar os cavalos reais, e foi aí que D. Maria aprendeu a cavalgar. O castelo dos mouros, em Sintra, proporcionava um refúgio próximo no calor do verão e as tapadas de caça em Salvaterra de Magos e Vila Viçosa garantiam excelentes condições para a prática desse desporto.

Quando a família viajava de um palácio para o outro, a sua mobília e recheio de casa seguiam com ela: camas, mesas e cadeiras, tapeçarias e carpetes, espelhos, serviços de mesa, pratas e vidros. «A corte não podia dar um passo sem levar consigo a mobília», escreveu um francês que viveu em Lisboa, «porque a família não tem nada em mais do que um lugar ao mesmo tempo e não pode mudar de morada

sem a levar sempre consigo, até mesmo as suas camas e a roupa de cama»⁵.

«Um número prodigioso de veículos, uma misturada de carruagens novas e velhas», era requisitado para cada viagem, assim como cavalos e mulas para as diferentes etapas. E quando chegavam ao destino, os criados tinham de trabalhar com grande rapidez para preparar o alojamento: camas e móveis montados, tapeçaria pendurada e outros tapetes estendidos no chão. Os cozinheiros suavam na cozinha para preparar a primeira refeição, enquanto os criados desempacotavam o guarda-roupa real. Nos estábulos, os cavalos e os arreios eram preparados e polidos porque a família iria levantar-se cedo, na manhã seguinte, ansiosa que estava por montar a cavalo e caçar.

A princesa D. Maria tinha apenas sete anos de idade quando o seu avô sofreu uma trombose que lhe paralisou o lado esquerdo do corpo. Foram feitas preces nas igrejas e conventos, os assuntos de Estado foram esquecidos e «procissões religiosas encheram as ruas noite e dia a partir do instante em que adoeceu». Os médicos aconselharam-no a ir a banhos nas Caldas da Rainha, na esperança de que a imersão em águas quentes e sulfurosas o ajudassem a restaurar a saúde. Foi uma viagem de dez horas até à cidade termal, tendo a família partido a 9 de julho de 1742, de barco pelo rio Tejo acima até Vila Nova da Rainha, onde carruagens esperavam para os levarem por terra até às Caldas.

Regressaram a Lisboa a 17 de agosto. Seis semanas mais tarde, o rei sofreu novo ataque, «um espasmo que o privou dos sentidos durante meia hora». Foram canceladas todas as aparições públicas, à exceção de um auto de fé, a 4 de

novembro, que durou catorze horas e «foi uma fonte de fadiga para muitas pessoas com mais saúde que foram obrigadas a assistir». D. João sofreu uma terceira trombose a 12 de novembro e nunca mais deixou de manifestar «tremuras violentas», que se repetiam quase todas as semanas e se prolongavam, às vezes, por dias inteiros.

Isto pôs fim às visitas regulares aos palácios na província, apesar de os médicos ainda acreditarem nos efeitos benéficos das termas e de a sua família o ter acompanhado às Caldas treze vezes em oito anos. De cada vez que faziam a viagem, o mobiliário real e os adereços viajavam com eles e sempre que o rei se sentia mal no caminho a comitiva inteira tinha de voltar para trás e regressar a Lisboa.

A rainha tornou-se regente sempre que D. João estava demasiadamente doente para se reunir com os seus ministros, mas, na maioria das vezes, o soberano reservava os assuntos de Estado para si próprio. As queixas acerca da inexperiência de D. Maria Ana avolumavam-se, mas D. José, o príncipe herdeiro, recusava um papel mais ativo, o que deixava a nobreza descontente. «Sua Majestade está tão doente», escreveu o cônsul britânico, «que, no melhor dos casos, dormita, sendo muito impertinente, não despachando nada, e, contudo, querendo que tudo passe pelas suas mãos»⁶.

Enquanto a sua saúde se deteriorava, D. João passava os dias a assistir a cerimónias religiosas na igreja patriarcal. A perna e o braço já paralisados começaram a «inchar consideravelmente», ao mesmo tempo que o monarca sofria de frequentes «ataques de delírio». Em setembro de 1749, o rei fez a sua última viagem às Caldas. Quando regressou a Lisboa a 6 de outubro, estava, segundo o embaixador britânico, «numa melancolia mais profunda do que de outras vezes, porque tinha alimentado a ideia de que morreria antes

de ter os sessenta anos completos, já que nenhum príncipe da Casa de Bragança tinha atingido tal idade».

Apesar dos seus presságios, D. João sobreviveu ao seu sexagésimo aniversário, a 22 de outubro. Quando o calor do verão de 1750 chegou, ele permanecia deitado, inchado com o edema, mal se podendo mexer. O quarto estava cheio de padres e frades que recitavam orações e seguravam imagens sagradas, entre eles um jesuíta – Gabriel Malagrida –, um homem tratado com reverência pelo casal real, que acreditava que ele fosse um santo ou profeta.

D. João V morreu a 31 de julho, «ao fim de uma longa enfermidade, acompanhada de sintomas vários e extraordinários». Os médicos fizeram uma autópsia onde, como explicou o embaixador britânico, «foi encontrada uma grande quantidade de água na cabeça e no peito, que se supõe ter sido provocada pelos médicos com grandes sangrias e outras evacuações».

O corpo foi levado para a igreja de S. Vicente de Fora para ser sepultado no mausoléu real. Os dois filhos do monarca, D. José e D. Pedro, acompanharam o caixão até às portas do palácio, mas não seguiram no cortejo. De acordo com costumes antigos, todos os membros da família ficavam confinados aos seus apartamentos durante os oito dias seguintes à morte, sem verem ninguém a não ser os seus próprios criados.

Apesar de o rei ter permanecido tanto tempo em agonia, não se tinham feito quaisquer planos para a transferência de poder, pelo que a corte «ficou desorientada» aquando da sua morte. D. José, o novo monarca, estava tão desesperado que, por engano, duplicou a duração do luto da corte – ordenando que durasse dois anos em vez de um –, e ficou horrorizado quando soube que a sua mãe planeava retirar-se

para um convento. Implorou-lhe até ela ter concordado em permanecer no palácio para o aconselhar sobre questões governamentais, a mais importante da qual seria a nomeação dos seus ministros.

2

Princesa do Brasil

*O novo rei é indeciso, extremamente inseguro
de si próprio e tem consciência de que a sua educação
foi bastante negligenciada.*

Abraham Castres, 3 de julho de 1751

O pai de D. Maria contava trinta e seis anos quando ascendeu ao trono. Diziam-no «de boa estatura, mas inclinado para a corpulência, de traços regulares, com olhar impaciente e vivo, e com o hábito de manter a boca algo aberta»⁷. Quanto à mãe, D. Mariana Vitória, era «uma pessoa muito agradável», com «olhos escuros, perspicazes e penetrantes»⁸. O embaixador britânico achava-a «expedita e afável» nas audiências oficiais, respondendo alegremente aos cumprimentos e tendo longas conversas com ele. Inteligente e espirituosa, queixava-se frequentemente do marasmo e da monotonia da corte portuguesa.

D. José foi formalmente entronizado num dia quente e soalheiro do mês de setembro, com a mulher a seu lado. A cerimónia foi uma aclamação e não uma coroação, pois este ritual fora abandonado no século XVI, após D. Sebastião ter perdido a vida – e o diadema – num campo de batalha em Marrocos, mas, ainda assim, era uma cerimónia esplendorosa. Tinha sido montado um pavilhão no Terreiro do Paço e, na tarde de 7 de setembro, a praça era um tumulto de pessoas e o porto estava cheio de barcos. Assim que

D. José fez o juramento, a multidão gritou «Viva o Rei», soaram trompetas, repicaram os sinos e a artilharia disparou uma salva de vinte e um tiros.

D. Maria estava sentada numa das alas do pavilhão, com a sua avó e as suas irmãs. Ao longo dos anos, os seus pais tinham tido quatro filhas, e sofrido quatro abortos espontâneos, mas não tinha havido nenhuma gravidez desde 1746, e os médicos já não tinham muitas esperanças. A princesa tinha quinze anos e, enquanto observava os seus pais no centro do palco, estava ciente do seu futuro papel. Portugal não tinha nenhuma lei sálica que excluísse as mulheres da sucessão, pelo que a menos que a sua mãe desse à luz um rapaz – o que parecia improvável –, herdaria a coroa e tornar-se-ia na primeira mulher a governar o país.

Tendo crescido numa corte descrita como «muito enfadonha e cheia de cerimónias» – até o embaixador britânico se referia ao «tédio excessivo» do protocolo real –, Maria estava familiarizada com as muitas formalidades da vida no palácio. Agora, como herdeira do trono, teria de desempenhar um papel ainda mais importante. A sua primeira audiência oficial como princesa herdeira, com o título hereditário de princesa do Brasil, teve lugar a 10 de agosto. Tratava-se de um beija-mão, um intrincado procedimento de vénias e de genuflexões, em que os membros da corte beijavam as mãos esticadas da realeza. Assistiu a mais cerimónias durante as semanas seguintes e, no início de outubro, foi com a família para o palácio-convento de Mafra.

D. José, perturbado pelas suas novas responsabilidades, sentiu necessidade de ar fresco e de exercício, tendo viajado para Mafra, «em parte para participar nas festas de S. Francisco, mas também por causa da caça ao veado e ao javali no parque real nas proximidades».

Tanto o novo rei como a rainha eram amantes da caça e, em breve, a família começou a passar mais tempo no campo. No início de janeiro, as barcaças reais levavam-nos rio acima até Salvaterra de Magos, onde caçavam durante várias semanas e «levavam uma vida muito jovial». Na primavera, faziam a viagem de três dias até Vila Viçosa, perto da fronteira com Espanha. Os meses de verão eram passados em Belém, onde praticavam o tiro e a falcoaria, e em excursões a Mafra para mais caçadas.

D. Mariana Vitória era uma excelente amazona, com a cara tisonada pelo sol, devido às longas horas passadas a cavalo. Montava como um homem, com uma perna de cada lado da sela, usando calções de couro pretos cobertos por uma saia velha, e era perita em tiro. Houve acidentes de tempos a tempos – dedos partidos, um ombro deslocado ou a ocasião em que o tiro falhou uma perdiz e roçou a fonte do seu marido –, mas nada desviava o casal real do seu desporto favorito. Em Salvaterra, «quase nunca passavam um dia sem estar a cavalo durante cinco, seis e muitas vezes oito ou dez horas, especialmente em dias dedicados ao javali, que ocorriam com bastante frequência».

A outra paixão de D. José era a música, nomeadamente a ópera italiana, pois tocava violino «com um conhecimento considerável» e tinha planos para transformar a sua ópera na «mais proeminente da Europa». O palácio real em Lisboa possuía o seu próprio magnífico teatro, «construído com imensa despesa, o melhor da sua dimensão na Europa, o palco ultrapassando tudo o que se tinha visto no género»⁹, e o rei deu ordens para que se construísse um grande teatro de ópera na cidade e outro perto dos terrenos de caça de Salvaterra.

Os cantores e músicos reais acompanhavam o monarca nas suas viagens aos palácios no campo e havia espetáculos várias vezes por semana. Todos os papéis femininos eram cantados por *castrati*, porque D. José – como o seu pai – era um libertino e D. Mariana Vitória era «excessivamente ciumenta». A rainha não se limitou a banir todas as mulheres da ópera real, também proibiu as suas criadas de aparecerem na presença do rei e diz-se que escolheu as mulheres mais velhas e mais feias da corte para servirem como suas damas de honor.

Apesar dos seus esforços, D. José tinha várias amantes, incluindo a marquesa nova de Távora. Durante a representação de uma ópera na corte, em junho de 1755, um visitante reparou que «a marquesa nova de Távora estava de muito boas relações com o rei; não fizeram outra coisa senão olharem um para o outro tanto quanto se atreveram na presença da rainha»¹⁰. Alguns meses mais tarde, uma história inconveniente corria por Lisboa. D. Mariana Vitória – assim versava a intriga – estava de pé numa varanda em Belém a observar D. José a montar a cavalo, em baixo, na praça. Quando um dos cortesãos da rainha elogiou a forma graciosa como o rei montava, a rainha virou-se para o marquês velho de Távora que estava, de pé, a seu lado e disse: «É verdade que o rei monta bem a cavalo, mas tem de admitir que monta melhor quando está com a sua nora»¹¹.

Em setembro de 1752, D. José assinalou o segundo aniversário da sua aclamação com uma série de touradas e de óperas em Lisboa, incluindo exibições de um famoso *castrato* italiano. «A corte», escreveu o embaixador britânico, «está totalmente ocupada com touradas, concertos e óperas, quase todos os dias da semana».

Três meses mais tarde, D. Maria atingiu o seu décimo oitavo aniversário, uma ocasião celebrada com um beijão no palácio. A princesa, que se tinha tornado alta, magra, com traços bem definidos e um sorriso caloroso, aceitou os cumprimentos dos embaixadores estrangeiros e membros da corte com uma elegância graciosa. Apesar de ter uma educação limitada – instruída por padres jesuítas, sem ênfase nos assuntos de Estado – era uma mulher feita. Falava e lia francês, a língua diplomática das cortes da Europa, sabia latim e estudava religião e teologia. Aprendeu a desenhar e a pintar com os melhores artistas do país, estudou canto com David Perez, o mestre de música italiano, e tanto ela como as irmãs sabiam «tocar bem vários instrumentos».

Amável e afetiva, tímida e envergonhada, D. Maria sofria de acessos de melancolia e de alguma agitação nervosa. Tinha herdado a religiosidade do seu avô e, sendo profundamente servil para com a Igreja, pensou diversas vezes entrar para um convento para se tornar freira e passar os seus dias em oração. Com uma simplicidade infantil, o seu quarto estava «cheio de livros de devoção e de imagens de santas de todos os tamanhos e feitios»¹².

A fé de D. Maria foi reforçada no verão de 1753, quando esteve às portas da morte com uma «febre inflamatória violenta». A princesa ficou doente a 29 de junho durante uma ópera no palácio e, à medida que a febre aumentava, os médicos iam-na sangrando. Finalmente, tendo sido sangrada seis vezes, «achou-se que estava em tal perigo iminente que o núncio apostólico foi mandado vir a toda a pressa para lhe dar a extrema-unção». Em simultâneo, a rainha ordenou que trouxessem uma imagem de madeira de Jesus que estava no convento da Graça.

Essa imagem, que se acreditava ter poderes miraculosos, era conhecida como Senhor dos Passos. Mostrava Jesus, em vestes purpúreas e com coroa de espinhos, a transportar uma cruz enorme aos ombros, «curvado pelo peso até o seu corpo estar quase dobrado em dois»¹³. A estátua foi transportada para o palácio «com grande pompa» e colocada no quarto de D. Maria. A princesa, que tinha estado deitada «num estado deplorável» durante mais de vinte e quatro horas, sentiu, na manhã seguinte, «alguns dos piores sintomas começarem a desaparecer».

A 8 de julho – «perante a alegria universal» – D. Maria estava «consideravelmente melhor». O embaixador britânico atribuiu a sua recuperação a um médico alemão que, «descobrendo a natureza da enfermidade, propôs remédios próprios para as febres malignas e salvou a vida da amável princesa». Porém, a princesa D. Maria nunca duvidou que tivesse sido o Senhor dos Passos a salvar-lhe a vida.

A imagem foi levada de volta ao convento «com a maior pompa e solenidade» e, no final do mês, a família já se tinha mudado para o seu palácio em Belém. Enquanto D. Maria procurava recuperar as forças, durante as quentes semanas de verão, um dos ministros de seu pai ganhava poder.

Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuro marquês de Pombal – era um homem imponente, de 1,80 metros de altura, com uma cara comprida e traços elegantes. Nascido em 1699, numa família da baixa nobreza, pouco tinha feito na vida até ser nomeado, aos quarenta anos, embaixador de Portugal em Londres. Quatro anos mais tarde, foi mandado como enviado especial à corte de Viena, uma posição que manteve até ao seu regresso a Lisboa, em 1749.

O embaixador britânico referia-se ao temperamento «difícil e chicaneiro» de Carvalho e Melo, mas o casamento com uma aristocrata austríaca fê-lo cair nos favores da mãe de D. José, também ela natural da Áustria. D. João V nunca tinha confiado em Carvalho e Melo – chamando-lhe «um homem com um coração peludo» –, mas a sua viúva tinha muito influência sobre o filho e foi ela quem aconselhou D. José a nomeá-lo ministro dos Negócios Estrangeiros, o mais baixo dos três lugares de ministro.

O novo rei era, como o embaixador referiu, «indeciso, extremamente inseguro de si próprio e com a consciência de que a sua educação fora bastante negligenciada». Mal preparado para o poder, D. José seguiu os conselhos de sua mãe sobre a nomeação dos seus ministros, mas mostrou sempre pouco interesse pelo governo, preferindo passar o seu tempo na ópera ou na caça. Em outubro de 1750, o embaixador observou que, embora os ministros se encontrassem com D. José todos os dias, «tinham pouca influência nele, o que deu origem a muitos pasquins, alguns bastantes insolentes, vários dos quais apareceram no quarto de cama do rei e outros pregados nos portões do palácio».

D. José era também irritável e fácil de levar, traços que Carvalho e Melo – um administrador muito inteligente e capaz – rapidamente começou a explorar. «O ministro é infatigável, ativo e expedito», escreveu o encarregado de negócios francês, no outono de 1750. «Tendo conquistado a confiança do rei em todos os assuntos de política, ninguém lhe leva a melhor»¹⁴. Seis meses mais tarde, o embaixador britânico escreveu que Carvalho e Melo estava «a ganhar terreno nas boas graças do rei» e, até ao verão de 1751, ocorreu uma mudança subtil no equilíbrio do poder. Como escreveu o embaixador em julho:

«Sua Majestade mostrou no início do seu reinado mais suspeição do que confiança nos seus ministros no despacho dos assuntos de Estado, mas, como os ministros, particularmente o Senhor Carvalho, encontraram formas de se creditarem perante ele, os assuntos têm sido tratados com rapidez pouco comum, com o rei a mostrar uma notável docilidade e paciência para despachar o que lhe era colocado, em muito maior grau do que seria de esperar de um príncipe tão pouco habituado aos negócios do reino.»

O equilíbrio de poder continuou a alterar-se. «Como o ministro tem o seu pé no estribo», escreveu o embaixador, em junho de 1753, «as coisas mudaram muito favoravelmente para o seu lado». Em fevereiro de 1754, «a rainha-mãe tinha perdido a sua influência sobre o filho e arrendia-se muito de lhe ter indicado o Senhor Carvalho».

A mãe de D. José não viveu o suficiente para se lamentar durante muito mais tempo. Tendo setenta anos, a sua saúde deteriorava-se, pelo que pediu ao jesuíta Gabriel Malagrida para a preparar para a morte. Quando o seu estado piorou, em julho, o embaixador britânico descreveu os seus sintomas num despacho para Londres. A primeira queixa, escreveu ele, «era uma supressão da urina que, tendo durado dois dias, acabou por ser removida por remédios apropriados. Receia-se que a verdadeira enfermidade seja uma hidropisia no peito». A 12 de agosto, «várias manchas lívidas apareceram nas suas pernas» e o médico alemão avisou D. José que sua mãe mostrava «sinais de mortificação interna».

D. Maria Ana morreu dois dias mais tarde, «tendo mantido todos os sentidos até ao último momento». O seu corpo foi enterrado num convento de freiras alemãs, que ela tinha

fundado na cidade, e o coração foi enviado para a sua família original, na Áustria, «onde todos os que a conhecem sabem que ele sempre esteve». D. José fez luto pela perda de sua mãe, como tinha feito após a morte de seu pai, levando a família para o campo para passar o tempo a caçar. O embaixador comentou alguns meses mais tarde que «o rei e a corte não têm estado na cidade nos últimos tempos».

No mês de setembro seguinte, a frota anual do tesouro chegava a Lisboa: vinte e seis naus do Rio de Janeiro, carregadas de ouro e de diamantes; um barco de Macau transportando «vinte milhões de cruzados de ouro em pó, em barras e em moedas»; dezanove barcos da Baía com um tesouro que valia dois milhões de cruzados; e três barcos de Goa, num dos quais regressava a Lisboa o marquês velho de Távora, depois de ter sido vice-rei da Índia. A nomeação havia sido feita por D. João V e o marquês tinha viajado para Goa, em fevereiro de 1750, levando a sua mulher, o filho mais velho, e deixando a sua nora em Lisboa para despertar a atenção de D. José. O príncipe herdeiro até fora ao cais para se despedir deles.